

TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – BENS PERMANENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS AUTOMOTORES NOVOS, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO MÍNIMO 2025/2026 OU SUPERIOR, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE COMODORO-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS PREVIAMENTE ESTABELECIDAS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (mediana)	QUA NT.	VALOR TOTAL
1	Veículo automotor tipo pick-up , novo, zero quilômetro, com capacidade para 05 (cinco) ocupantes , cabine dupla, quatro portas laterais , construído sobre chassi , ano/modelo 2025/2026 ou superior . Equipado com motor a diesel , de cilindrada mínima de 2,0 litros , com potência mínima de 170 cv , transmissão automática , tração 4x2 (traseira) e direção elétrica	R\$ 302.500,00	09	R\$ 2.772.500,00



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

	<p>ou equivalente.</p> <p>Deverá possuir tanque de combustível com capacidade mínima de 80 (oitenta) litros, capacidade de carga útil mínima de 1.000 kg, rodas de liga leve ou equivalente, bem como bancos com revestimento em couro ou material sintético impermeável, de fácil higienização.</p> <p>O veículo deverá atender a todas as exigências de segurança e equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito vigente.</p>			
2	<p>Veículo automotor tipo pick-up, novo, zero quilômetro, com capacidade para 05 (cinco) ocupantes, cabine dupla, quatro portas laterais, construído sobre chassi, ano/modelo 2025/2026 ou superior.</p> <p>Equipado com motor a diesel, de cilindrada mínima de 2,0 litros, com potência mínima de 170 cv, transmissão automática, tração 4x4 sob demanda, e direção elétrica ou equivalente.</p> <p>Deverá possuir tanque de combustível com capacidade mínima de 80 (oitenta) litros, capacidade de carga útil mínima de 1.000 kg, rodas de liga leve ou equivalente, bem como bancos com revestimento em couro ou material sintético impermeável,</p>	R\$ 319.000,00	11	R\$ 3.509.000,00



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

	de fácil higienização. O veículo deverá atender a todas as exigências de segurança e equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito vigente.			
3	<p>Veículo automotor tipo utilitário, novo, zero quilômetro, destinado ao transporte de passageiros, com capacidade mínima para até 07 (sete) ocupantes, incluindo o condutor, quatro portas laterais, ano/modelo 2025/2026 ou superior.</p> <p>Equipado com motor de potência mínima de 110 cv, combustível flex (gasolina/etanol), transmissão preferencialmente automática, admitindo-se transmissão manual apenas quando devidamente comprovada a equivalência em desempenho, conforto e adequação ao uso institucional, direção elétrica ou equivalente, e tanque de combustível com capacidade mínima de 50 (cinquenta) litros.</p> <p>Deverá possuir sistema de ar-condicionado, bancos com revestimento em material resistente e de fácil higienização, sistema de freios compatível com o porte do veículo, bem como todos os itens de segurança e equipamentos obrigatórios</p>	R\$ 156.000,00	03	R\$ 468.000,00



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

exigidos pela legislação de trânsito vigente, incluindo cintos de segurança para todos os ocupantes, airbag(s) e sistema de freios com ABS. O veículo deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual do proprietário, certificado de garantia de fábrica e documentação necessária para o primeiro emplacamento.			
TOTAL		23	R\$ 6.699.500,00

- 1.1.1.O(s) bem(ns) objeto desta contratação enquadram-se como bem(ns) comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.1.2.O prazo de **vigência da contratação é de 360 dias corridos**, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.1.3.O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. JUSTIFICATIVA DAS CONFIGURAÇÕES TÉCNICAS

ITEM 1 – VEÍCULO PICK-UP 4x2

- 2.1.1.A aquisição de veículo tipo pick-up com tração 4x2, cabine dupla e capacidade mínima para cinco ocupantes justifica-se pela necessidade de atender às atividades administrativas e operacionais em ambiente predominantemente urbano e rodoviário, garantindo economia operacional, conforto e eficiência no deslocamento de servidores e no transporte de materiais leves e equipamentos.
- 2.1.2.A exigência de motor a diesel, com cilindrada mínima de 2,0 litros e potência mínima de 170 cv, assegura desempenho adequado mesmo em situações de carga, maior durabilidade mecânica e melhor eficiência energética em trajetos longos, reduzindo custos de manutenção e consumo ao longo do ciclo de vida do veículo.
- 2.1.3.A transmissão automática proporciona maior conforto, agilidade e segurança na condução, especialmente em tráfego urbano intenso, além de facilitar o uso do veículo por diferentes condutores, reduzindo a fadiga e o risco de falhas operacionais. A direção elétrica contribui para maior ergonomia e precisão na condução.
- 2.1.4.A capacidade de carga mínima de 1.000 kg atende à necessidade de transporte de equipamentos, materiais e insumos sem sobrecarga do veículo, mantendo a integridade estrutural e a segurança operacional. O tanque de combustível com capacidade mínima de 80



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

litros garante maior autonomia, reduzindo a frequência de abastecimentos e aumentando a eficiência das atividades institucionais.

- 2.1.5.A exigência de bancos com revestimento em couro ou material impermeável visa facilitar a higienização, aumentar a durabilidade do interior do veículo e preservar as condições de uso contínuo no ambiente institucional.

ITEM 2 – VEÍCULO PICK-UP 4x4

- 2.1.6.A aquisição de veículo tipo pick-up com tração 4x4 destina-se ao atendimento de atividades que envolvem deslocamentos em áreas rurais, estradas não pavimentadas, vias em condições adversas e períodos de maior índice pluviométrico, garantindo segurança, mobilidade e continuidade dos serviços públicos.
- 2.1.7.As exigências de motor a diesel, com cilindrada mínima de 2,0 litros e potência mínima de 170 cv, asseguram força, torque e desempenho compatíveis com o uso em terrenos irregulares e com carga, além de maior robustez e durabilidade do conjunto mecânico.
- 2.1.8.A transmissão automática favorece a dirigibilidade em terrenos difíceis, reduz o esforço do condutor e proporciona maior controle do veículo, especialmente em operações que exigem alternância frequente de velocidade e tração. A direção elétrica contribui para melhor controle e conforto em manobras e trajetos prolongados.
- 2.1.9.A capacidade de carga mínima de 1.000 kg garante o transporte seguro de equipamentos, ferramentas e materiais necessários às atividades operacionais, sem comprometer a estabilidade e a vida útil do veículo. O tanque de combustível com capacidade mínima de 80 litros assegura autonomia adequada para deslocamentos em regiões com menor oferta de pontos de abastecimento.
- 2.1.10. A exigência de bancos com revestimento impermeável atende às necessidades de fácil limpeza, maior resistência ao uso intenso e preservação das condições de higiene e conservação do veículo.

ITEM 03 – VEÍCULO UTILITÁRIO DE PASSAGEIROS (7 LUGARES)

- 2.1.11. A aquisição de veículo utilitário com **capacidade mínima para sete ocupantes** atende à necessidade de transporte coletivo de servidores, equipes técnicas, usuários de serviços públicos e autoridades, garantindo racionalização do uso da frota e maior eficiência logística.
- 2.1.12. A exigência de **motor com potência mínima de 110 cv** assegura desempenho compatível com o transporte de passageiros, inclusive em vias urbanas, rodovias e trechos com aclives, mantendo segurança e conforto. A opção por **combustível flex** amplia a competitividade do certame e permite maior flexibilidade operacional no abastecimento.
- 2.1.13. A **preferência por transmissão automática** fundamenta-se na necessidade de proporcionar maior conforto, agilidade e versatilidade de uso, especialmente em tráfego urbano intenso, reduzindo a fadiga do condutor e facilitando a condução por diferentes servidores, o que contribui para a segurança e eficiência das atividades institucionais.
- 2.1.14. A **direção elétrica**, o **sistema de ar-condicionado** e os **bancos com revestimento de fácil higienização** atendem às exigências de conforto, ergonomia, durabilidade e manutenção das condições adequadas de uso contínuo no serviço público.



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

3. QUANTIDADES CONTRATADAS PARA CADA SECRETARIA

SECRETARIA	ITEM 01 - 4X2	ITEM 02 - 4X4	ITEM 03 – Veículo utilitário (7 LUGARES)
Secretaria Municipal de Administração	1	1	0
Secretaria Municipal de Saúde	2	2	2
Secretaria Municipal de Planejamento	1	0	0
Secretaria Municipal de Finanças	1	1	0
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	1	2	0
Secretaria Municipal de Esporte e turismo	1	1	0
Secretaria Municipal de Desenv. Rural e Meio Ambiente	0	1	0
Secretaria Municipal de Assistência Social, trabalho e Cidadania	0	1	1
Secretaria Municipal de Obras	0	2	0
Comodoro-Previ	1		
Secretaria de Desenvolvimento econômico	1		
TOTAL	9	11	3

3.1.1.As quantidades dos veículos constantes nos Itens 01 (pick-up 4x2), Item 02 (pick-up 4x4) e Item 03 (veículo utilitário de passageiros - 7 LUGARES) foram definidas com base em levantamento prévio das necessidades reais das Secretarias Municipais, com o objetivo de assegurar o atendimento adequado das demandas institucionais, a racionalização da frota e a observância dos princípios da economicidade, do planejamento e da eficiência administrativa.

3.1.2.Para esse fim, foi encaminhada comunicação interna formal a todas as Secretarias Municipais por meio do sistema 1Doc, sob o nº Comunicação Interna 938/2025, encaminhada em 10 de julho de 2025, às 10h45, solicitando manifestação quanto à necessidade de veículos, bem



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

como a indicação do tipo mais adequado às atividades desempenhadas por cada unidade administrativa.

3.1.3. As Secretarias responderam à referida comunicação, apresentando suas demandas de forma fundamentada, considerando aspectos como:

- a natureza das atividades desenvolvidas (administrativas, operacionais ou de campo);
- as condições de deslocamento (urbano, rodoviário ou em áreas rurais e estradas não pavimentadas);
- a necessidade de transporte de servidores, equipes técnicas, materiais e equipamentos;
- a substituição, reforço ou adequação da frota existente.

3.1.4. Com base nas respostas recebidas, procedeu-se à consolidação das informações, resultando na definição das quantidades por item e por Secretaria, conforme demonstrado na tabela constante deste Termo de Referência, de modo a adequar o tipo de veículo à efetiva necessidade operacional de cada órgão, evitando aquisições excessivas ou incompatíveis com o uso pretendido.

3.1.5. Dessa forma, as quantidades estabelecidas refletem demanda real, devidamente justificada e documentada, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos, a eficiência na prestação dos serviços e o atendimento ao interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.1.2. O objeto da contratação está previsto na elaboração e cumprimento da LOA. Com isso, há previsão orçamentária na LOA 2025 para execução do objeto conforme consta das informações básicas.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

6.1.1. *A presente contratação observa critérios de sustentabilidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando aspectos ambientais, econômicos e de eficiência no uso dos recursos públicos. Os veículos a serem adquiridos deverão atender às normas ambientais vigentes, especialmente no que se refere aos limites de emissões de poluentes e eficiência energética estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes, bem como possuir sistemas e tecnologias que contribuam para a redução do impacto ambiental durante sua utilização.*

6.1.2. *A escolha por veículos novos, zero quilômetro, contribui para menor emissão de poluentes quando comparados a veículos mais antigos, além de proporcionar maior eficiência no consumo de combustível, menor necessidade de manutenção corretiva e maior vida útil, reduzindo a geração de resíduos e o consumo excessivo de recursos naturais ao longo do ciclo de uso. As especificações técnicas mínimas adotadas priorizam motores mais eficientes,*



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

compatíveis com o uso institucional e com menor impacto ambiental, sem prejuízo do desempenho necessário às atividades administrativas e operacionais da Administração.

6.1.3. *Adicionalmente, a adoção do Sistema de Registro de Preços favorece a sustentabilidade econômica e administrativa, ao possibilitar contratações conforme a efetiva necessidade da Administração, evitando aquisições desnecessárias, desperdício de recursos públicos e formação de estoques ociosos. Dessa forma, a contratação proposta equilibra eficiência, responsabilidade ambiental e racionalidade no gasto público, em consonância com os princípios da economicidade, do planejamento e do desenvolvimento nacional sustentável.*

6.1.4..

Subcontratação

6.1.5. *Não será admitida a subcontratação do objeto principal da presente contratação. A execução deverá ser realizada integralmente pela empresa contratada, que assumirá total responsabilidade pelo fornecimento dos veículos, incluindo a entrega, a documentação, o cumprimento das especificações técnicas, as condições de garantia e o atendimento às obrigações contratuais estabelecidas neste Termo de Referência.*

6.1.6. *Admite-se, exclusivamente, a utilização de terceiros para a execução de atividades acessórias e complementares, tais como serviços de emplacamento, transporte, logística ou assistência técnica autorizada pelo fabricante, desde que tais serviços não caracterizem transferência da responsabilidade pela execução do objeto e não impliquem prejuízo à qualidade, à garantia dos veículos ou às condições pactuadas.*

6.1.7. *Em qualquer hipótese, a contratada permanecerá integralmente responsável perante a Administração Pública por todos os atos praticados por eventuais terceiros por ela utilizados, não se estabelecendo qualquer vínculo jurídico entre a Administração e tais terceiros, nos termos*

Garantia da contratação

6.1.8. *Em razão da natureza do objeto, consistente no fornecimento de veículos automotores novos, zero quilômetro, e considerando que se trata de aquisição com garantia de fábrica oferecida pelo fabricante, não será exigida garantia contratual adicional, nos termos da Lei nº 14.133/2021. A suficiência da garantia do fabricante mostra-se adequada para assegurar a qualidade, o desempenho e a durabilidade dos bens adquiridos, bem como para resguardar a Administração contra eventuais vícios ou defeitos de fabricação.*

6.1.9. *Os veículos deverão ser entregues acompanhados dos respectivos certificados de garantia, manuais do proprietário e demais documentos técnicos fornecidos pelo fabricante, assegurando cobertura mínima conforme as condições comerciais vigentes, observados os prazos e limites estabelecidos para quilometragem ou tempo de uso. Durante o período de garantia, a contratada deverá garantir o pleno acesso da Administração à rede de assistência técnica autorizada, responsabilizando-se pelo atendimento tempestivo e pela solução de eventuais problemas apresentados.*



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

- 6.1.10. A inexistência de exigência de garantia contratual adicional não exime a contratada de sua responsabilidade integral pelo fornecimento do objeto em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, nem afasta a aplicação das demais sanções administrativas previstas na legislação vigente, em caso de inadimplemento contratual.

Vistoria

- 6.1.11. A Administração Pública reserva-se o direito de realizar vistoria técnica no momento do recebimento dos veículos, com a finalidade de verificar a conformidade do objeto entregue com as especificações técnicas, condições, características e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, bem como com as informações constantes na proposta vencedora e na documentação do fabricante.
- 6.1.12. A vistoria consistirá na conferência visual e funcional dos veículos, abrangendo, entre outros aspectos, a verificação do estado geral, inexistência de avarias, correspondência do modelo, ano/modelo, motorização, tração, equipamentos de série, itens de segurança obrigatórios, funcionamento dos sistemas mecânicos e elétricos, bem como a entrega da documentação necessária, incluindo manuais, certificados de garantia e documentos para o primeiro emplacamento.
- 6.1.13. Caso sejam constatadas inconformidades, defeitos ou divergências em relação às especificações exigidas, a Administração poderá recusar o recebimento do veículo, total ou parcialmente, ficando a contratada obrigada a proceder à substituição ou regularização no prazo a ser definido pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração e sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- 6.1.14. O recebimento definitivo do objeto somente ocorrerá após a conclusão satisfatória da vistoria e a confirmação do atendimento integral às condições estabelecidas neste Termo de Referência, não eximindo a contratada de responsabilidade por vícios ocultos ou defeitos que venham a ser identificados posteriormente, nos termos da legislação vigente.

Condições de Entrega e Emplacamento

- 6.1.15. Os veículos objeto da presente contratação deverão ser entregues novos, zero quilômetro, sem uso anterior, com o primeiro registro, primeiro licenciamento e primeiro emplacamento realizados obrigatoriamente em nome da Prefeitura Municipal de Comodoro-MT, às expensas da contratada, em conformidade com as normas do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Mato Grosso – DETRAN/MT e demais legislações de trânsito vigentes. Para fins desta contratação, considera-se veículo novo (zero quilômetro) aquele fornecido sem registro ou licenciamento anteriores, nos termos do conceito técnico previsto na Deliberação CONTRAN nº 64/2008, de forma a assegurar a entrega de bem sem histórico registral anterior, com garantia integral de fábrica desde sua origem, maior rastreabilidade patrimonial, mitigação de riscos documentais e incorporação direta ao patrimônio público municipal, garantindo maior segurança jurídica, patrimonial e operacional à Administração.
- 6.1.16. A contratada será integralmente responsável pela adoção de todas as providências necessárias à regularização dos veículos, incluindo, quando aplicável, a emissão da nota fiscal diretamente em nome da Prefeitura Municipal de Comodoro-MT, bem como a obtenção do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV-e) e demais documentos exigidos



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

para a circulação regular, assegurando a regularidade documental e a plena incorporação dos bens ao patrimônio municipal desde sua origem.

- 6.1.17. Os veículos deverão ser entregues acompanhados, no mínimo, de duas chaves originais, manuais do proprietário, de manutenção e de garantia, além dos certificados de garantia de fábrica, assegurando à Prefeitura Municipal de Comodoro-MT o pleno exercício dos direitos decorrentes da aquisição e da garantia integral do fabricante, observadas as condições originalmente ofertadas para veículo novo.
- 6.1.18. A entrega deverá ocorrer em local indicado pela Administração Municipal, dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, em perfeitas condições de uso, funcionamento e conservação, não sendo admitida a entrega de veículos com avarias, defeitos, irregularidades documentais, histórico registral incompatível com a condição de veículo novo ou divergências em relação às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência.
- 6.1.19. O descumprimento das condições de entrega, documentação, registro, licenciamento e emplacamento estabelecidas neste Termo de Referência poderá ensejar a recusa do recebimento do veículo pela Prefeitura Municipal de Comodoro-MT, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

Conceito de Veículo Novo (Zero Quilômetro)

- 6.1.20. Para os fins desta contratação, será considerado veículo novo (zero quilômetro) aquele que não tenha sido objeto de registro ou licenciamento anterior perante qualquer órgão executivo de trânsito, devendo seu primeiro registro, licenciamento e emplacamento ocorrer diretamente em nome da Prefeitura Municipal de Comodoro-MT.
- 6.1.21. Os veículos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, funcionamento, conservação e apresentação estética, livres de quaisquer vícios, defeitos, danos ou avarias decorrentes de fabricação, armazenamento, transporte ou manuseio.
- 6.1.22. Não serão aceitos veículos que apresentem, entre outros:
- 6.1.23. I – riscos, ranhuras, arranhões, manchas, amassados, trincas, deformações ou imperfeições na pintura, lataria, para-choques, vidros, faróis, lanternas ou demais componentes externos;
- 6.1.24. II – danos, rasgos, manchas, desgaste prematuro ou qualquer irregularidade nos revestimentos internos, bancos, painéis, forrações, acabamentos ou acessórios;
- 6.1.25. III – falhas mecânicas, elétricas, eletrônicas ou de funcionamento de quaisquer sistemas, equipamentos ou dispositivos do veículo;
- 6.1.26. IV – peças substituídas, reparadas, recuperadas ou com indícios de uso anterior;
- 6.1.27. V – divergências em relação às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência ou constantes da proposta vencedora.
- 6.1.28. A Administração realizará inspeção e vistoria técnica no ato do recebimento, podendo recusar total ou parcialmente o veículo que apresentar qualquer inconformidade, avaria ou defeito, ficando a contratada obrigada à substituição do bem no prazo estabelecido pela fiscalização, sem qualquer ônus adicional para a Administração.



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

- 6.1.29. O recebimento definitivo somente ocorrerá após a verificação do perfeito estado de conservação, funcionamento, conformidade documental e atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Assistência Técnica Autorizada

- 6.1.30. O fabricante ou a marca dos veículos ofertados deverá possuir Assistência Técnica Autorizada no Estado de Mato Grosso, apta a prestar serviços de garantia, manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento de peças originais, durante todo o período de garantia de fábrica, assegurando o adequado atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Comodoro-MT.
- 6.1.31. Preferencialmente, a rede de assistência técnica autorizada deverá contar com unidades localizadas nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Cáceres ou Tangará da Serra. Na **inexistência** de assistência técnica nesses municípios, será admitida a comprovação de atendimento em cidade próxima, desde que situada a uma distância máxima de até 350 km, garantindo a viabilidade e a eficiência na prestação dos serviços de manutenção e garantia.
- 6.1.32. A comprovação da existência da assistência técnica autorizada dar-se-á por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do fabricante ou mediante apresentação de declaração emitida pelo próprio fabricante, contendo a relação das concessionárias ou oficinas autorizadas, com respectivos nomes, endereços e telefones.
- 6.1.33. A participação no certame não será restrita a concessionárias autorizadas, podendo concorrer fabricantes, concessionárias, revendedores, distribuidores ou quaisquer empresas legalmente habilitadas que comprovem capacidade para fornecer veículos novos (zero quilômetro), observadas as especificações técnicas, condições de garantia de fábrica, assistência técnica e demais exigências previstas neste Termo de Referência.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do Recebimento

- 7.1.1. O prazo para entrega dos veículos será de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da AF – Autorização de Fornecimento, emitida pela Administração Municipal, podendo ser prorrogado excepcionalmente, mediante justificativa formal da contratada e aceite da Administração, desde que demonstrada a ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado.
- 7.1.2. A AF – Autorização de Fornecimento será emitida, preferencialmente, por meio eletrônico, devendo constar as informações necessárias ao fornecimento dos veículos, incluindo quantitativos, especificações, local de entrega e demais orientações pertinentes.
- 7.1.3. Os veículos deverão ser entregues novos, zero quilômetro, em perfeitas condições de uso e funcionamento, acompanhados de nota fiscal, manual do proprietário, chave reserva, certificado de garantia de fábrica, documentação necessária ao primeiro emplacamento e demais itens obrigatórios previstos na legislação vigente.
- 7.1.4. A entrega deverá ocorrer no local indicado pela Administração Municipal de Comodoro-MT, mediante prévio agendamento com o fiscal do contrato ou servidor designado, em dias úteis e horário de expediente.



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

- 7.1.5. Somente serão aceitas entregas completas, correspondentes às quantidades e especificações constantes na respectiva AF – Autorização de Fornecimento, ressalvadas situações excepcionais previamente autorizadas pela Administração.
- 7.1.6. Todos os custos relacionados ao transporte, frete, seguro, descarregamento e demais despesas necessárias ao fiel cumprimento da entrega correrão exclusivamente por conta da contratada, sem ônus adicional para a Administração.
- 7.1.7. O atraso injustificado na entrega sujeitará a contratada às penalidades previstas no edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

Liquidação

- 7.1.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.1.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar;

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 7.1.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.1.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.1.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

- 7.1.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.1.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.1.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.1.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.1.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.1.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.1.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 7.1.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas
- 8.1.2. avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.1.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.1.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.1.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

- 8.1.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 8.1.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 8.1.8. Fiscalização Técnica
- 8.1.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 8.1.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 8.1.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 8.1.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 8.1.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 8.1.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 8.1.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 8.1.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, III).



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

Gestor do Contrato

- 8.1.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 8.1.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 8.1.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 8.1.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 8.1.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 8.1.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 8.1.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Antecipação de pagamento

A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

- 8.1.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 8.1.25. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 8.1.26. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

- 8.1.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.1.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
- 8.1.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de MENOR PREÇO, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital.

.Exigências de habilitação

- 9.1.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos.

Habilitação jurídica

- 9.1.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.1.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.1.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.1.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

- 9.1.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.1.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.1.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 9.1.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.1.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 9.1.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 9.1.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.1.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.1.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.1.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.1.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.1.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.1.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

- 9.1.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Distritais ou municipais/distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.1.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.1.22. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 9.1.23. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei, comprovando boa situação financeira;
- 9.1.24. As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação poderão substituir o balanço patrimonial pelas demonstrações contábeis de abertura, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

Qualificação Técnica

- 9.1.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.1.25.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados.
- 9.1.25.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 9.1.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.1.25.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.1.25.5. Demais provas de atendimento aos requisitos exigidos por lei.
- 9.1.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 9.1.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- 9.1.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.1.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 9.1.26.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.1.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 9.1.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.1.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1.1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.
- 10.1.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
- 10.1.3. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.1.4. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.1.5. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.1.6. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 6.699.500,00 (seis milhões, seiscentos e noventa e nove mil e quinhentos reais)**, apurado com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores do ramo, bem como em sistemas oficiais de referência utilizados pela Administração Pública, tais como Banco de Preços e Radar de Preços, conforme demonstrativos e documentos anexos ao Estudo Técnico Preliminar.
- 11.1.2. Considerando que a contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, os valores registrados na Ata não implicam obrigação de contratação imediata ou integral, podendo ser utilizados conforme a necessidade da Administração e a disponibilidade orçamentária, durante o prazo de vigência da ata, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.1.3. Os preços registrados poderão ser alterados para fins de **recomposição do equilíbrio econômico-financeiro**, mediante solicitação formal do interessado e devidamente comprovada, nas hipóteses de ocorrência de caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços nas condições originalmente pactuadas, conforme o disposto na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.1.4. Também será admitida a revisão dos preços registrados na hipótese de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, bem como na superveniência de disposições legais ou normativas que comprovadamente impactem os custos da contratação, nos termos da legislação vigente.
- 11.1.5. Os preços registrados estarão sujeitos a **reajuste**, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado na forma legal, e o índice definido no instrumento convocatório; ou, quando cabível, à **repactuação**, mediante requerimento do interessado e comprovação da variação dos custos, conforme critérios estabelecidos no Termo de Referência e em consonância com os arts. 134 e 136 da Lei nº 14.133/2021.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 12 COMODORO-PREVI

Unidade: 01 COMODORO-PREVI

Proj./Ativ. 2067 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM COMODORO PREVI

(1631) 4.4.90.52.00.000.000 1.802 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Proj./Ativ. 1.166 QUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

(187) 4.4.90.52.00.000.000 1.500 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

Unidade: 01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE FINANÇAS Proj./Ativ. 1003 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (300) 4.4.90.52.00.000.000 1.500 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO Unidade: 01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO Proj./Ativ. 1255 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO (377) 4.4.90.52.00.000.000 1.500 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA Unidade: 01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Proj./Ativ. 1005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (421) 4.4.90.52.00.000.000 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE
Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Proj./Ativ. 1045 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (750) 4.4.90.52.00.000.000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA Unidade: 01 GABINETE SEC. DE AÇÃO SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA Proj./Ativ. 1292 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – GABINETE DO SECRETÁRIO SASTC (1042) 4.4.90.52.00.000.000 1.500 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Unidade: 08 FUNDO MUNICIPAL LAR DA CRIANÇA FELIZ Proj./Ativ. 1300 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – LAR DA CRIANÇA RECANTO FELIZ (1268) 4.4.90.52.00.000.000 1.500 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS Unidade: 01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE OBRAS Proj./Ativ. 1246 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES (1296) 4.4.90.52.00.000.000 1.500 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Órgão: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE Unidade: 01 GABINETE DO SEC. DE DESENVOLV. RURAL E MEIO AMBIENTE



TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

Proj./Ativ. 1102 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (1429) 4.4.90.52.00.000.000 1.500 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Órgão: 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO Unidade: 01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESPORTE E TURISMO Proj./Ativ. 1102 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (1559) 4.4.90.52.00.000.000 1.500 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Órgão: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Unidade: 01 GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔM Proj./Ativ.: 1.306 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO (1672) 4.4.90.52.00.000.000 1.500 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Comodoro-MT, 27 de Maio 2026.

Diego Garcia Galvão Costa
Secretário de Planejamento e orçamento

Eduardo Ferreira da Silva
Coordenador de Departamento
Secretaria de planejamento e orçamento



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 996B-7632-C103-DD4A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDUARDO FERREIRA DA SILVA (CPF 060.XXX.XXX-56) em 24/06/2026 07:27:04 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



DIEGO GARCIA GALVÃO COSTA (CPF 891.XXX.XXX-91) em 24/06/2026 08:24:26 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://comodoro.1doc.com.br/verificacao/996B-7632-C103-DD4A>